

Fiscalização a esplanadas envolveu polícia



Apesar do aparato, a acção na Zona Velha até decorreu sem sobressaltos. FOTO JOANA SOUSA/ASPRESS

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

Cerca de uma dezena de funcionários da Câmara Municipal do Funchal e agentes da PSP participaram ontem de manhã numa acção de fiscalização das esplanadas no Largo do Corpo Santo, na Zona Velha da Cidade.

A acção não passou despercebida a quem circulava na área, dado o aparato humano e material envolvido. Pelo menos três viaturas de carga camarárias foram mobilizadas para o local, eventualmente para a remoção de mesas, cadeiras ou material colocados sem licença no espaço público. Contudo, acabaram por deixar a zona tal como chegaram, ou seja, sem carga.

Aliás, toda a iniciativa de fiscalização decorreu sem sobressaltos, sen-

HAVIA CARROS PARA LEVAR MESAS E CADEIRAS QUE ESTAVAM A MAIS, MAS NÃO FORAM USADOS

do de registar apenas uma paragem mais prolongada na área do restaurante 'A Muralha', com notificação do respectivo proprietário/representante.

Recorde-se que a nova equipa camarária, presidida por Paulo Cafôfo, decidiu disciplinar a montagem de esplanadas na cidade do Funchal, por constatar que um largo número de bares e restaurantes estavam a ocupar áreas muito superiores às licenciadas. Outros acabaram mesmo

por montar estruturas fixas (estrados, painéis de vidro e alumínio e coberturas). Nalguns casos, a ocupação abusiva do espaço público constituía barreira à circulação de pessoas com mobilidade reduzida (cadeiras de rodas) e colocava problemas em caso de necessidade de intervenção de bombeiros.

A primeira acção de disciplina incidiu na placa central da Avenida Arriaga e Rua António José de Almeida (zona entre a Sé e a Assembleia). O vereador Gil Canha, que tutela esta área, já explicou que a Câmara não vai ser fundamentalista e até dá margem de tolerância, mas com limites: "Há zonas em que nós até estamos a fazer um equilíbrio. As pessoas tinham cadeiras a mais, mas não mandámos retirar todas, vemos as que dá para ficar e circular uma cadeira de rodas, uma ambulância".



Jardim esteve ontem na entrega de duas ambulâncias.

Acabar com bombeiros por concelho são ideias "tolas"

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

Ladeado pelo novo executivo socialista na Câmara de Machico, no discurso por ocasião da entrega de uma nova ambulância aos bombeiros locais, Alberto João Jardim salientou ontem que "mais do que as diferenças legítimas entre nós, o fundamental é defender o povo". Afirmção que arrancou alguns aplausos entre os poucos populares que assistiam à cerimónia. O presidente do Governo corroborou de resto com as declarações de Ricardo Franco no que concerne à relevante intervenção dos bombeiros durante o recente temporal que fustigou particularmente a freguesia do Porto da Cruz, mas deixou o autarca sem resposta, depois deste ter solicitado "a transferência atempada das verbas do SESA-RAM para o Município", de modo a garantir o bom desempenho da corporação. Em causa estão mais de 40 mil euros que são devidos pelo Governo desde o Verão.

Jardim preferiu falar das "políticas erradas neste país", enquanto

Franco reconheceu a "inegável importância" dos bombeiros, lembrando que "é cada vez mais imperiosa a cooperação institucional".

Antes, no quartel dos bombeiros de em Santana, onde presidiu a idêntica cerimónia – entrega de uma ambulância (AMS) e material diverso, que no total das duas entregas ascende a 160 mil euros, o chefe do executivo regional sustentou que "a política só tem uma razão de ser: É estar ao serviço da pessoa humana", sublinhou.

Com o actual e o ex-presidente de Câmara presentes, Jardim disse ser "inquestionável" a existência de várias corporações na Região, criticando aqueles que no passado vieram com "ideias absolutamente tolas e se querer acabar com as corporações de bombeiros em cada concelho". Sobre este assunto assegurou que enquanto for presidente do Governo a logística estabelecida "é intocável".

Em Santana o presidente criticou implicitamente o protocolo que 'obriga' os doentes a irem primeiro ao Centro de Saúde, antes de seguir para o hospital.

Editores do 'Garajau' vão pedir desculpa a Jardim

Os editores do extinto quinzenário 'Garajau', acusados de difamação e ofensa, vão pedir desculpas públicas ao presidente e outros dirigentes do PSD-Madeira, depois do acordo celebrado ontem no Tribunal Judicial do Funchal, evitando a continuação do julgamento.

Este processo começou a 15 de Janeiro, mas foi interrompido depois de a advogada do arguido Gil Canha, actual vereador na Câmara do Funchal, ter sugerido um acordo, tendo a juíza dado um prazo até ontem para a sua efectivação. Neste processo tinham-se constituído assistentes a Fundação Social Democrata da Madeira (FSDM), o presidente do Governo, Alberto

João Jardim, o secretário-geral do PSD, Jaime Ramos, e o ex-adjunto da Presidência do executivo, Carlos Machado, todos fundadores da FSDM e visados nos artigos. "Os arguidos Gil Canha e Eduardo Welsh comprometem-se a publicar num dos jornais mais lidos da Região Autónoma da Madeira um pedido de desculpas por eventuais ofensas que as reportagens, caricaturas, bandas desenhadas e o artigo de opinião publicados na edição do quinzenário O Garajau no dia 4 de Abril de 2008 tenham causado nos direitos de personalidade dos assistentes [...], designadamente a honra, a consideração, a reputação e o bom nome", diz o acordo.

Cruz Vermelha entrega casa recuperada



A Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa vai entregar, amanhã, na Bica de Pau, mais uma casa a vítimas do temporal de 20 de Fevereiro. Este é o 25º fogo recuperado/construído, que a Cruz Vermelha entrega a vítimas do 20 de Fevereiro. Fica concluído o projecto de apoio às referidas vítimas.